

PROCESSO DE BOLONHA

José Dias Sobrinho

RESUMO

Antes de examinar algumas tendências e propostas de reformas na Europa e na América Latina, parece importante fazer breves considerações sobre reformas educativas em geral. Não me ocupa aqui o propósito de desenvolver um ensaio teórico a respeito de reformas da educação. Este rápido excursão apenas traz algumas considerações mais gerais somente para tornar um pouco mais claro o entendimento de alguma coisa do muito que está acontecendo na educação superior na Europa e na América Latina. Portanto, este artigo estará dividido em três partes. Primeiramente, reflito um pouco sobre a questão das reformas educativas. Em seguida, trato das reformas que atualmente se promovem na Europa, cujo exemplo mais abrangente e mais forte é o “Processo de Bolonha”. Na terceira seção, considero aspectos das transformações da educação superior na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE

Política educativa; Processo de Bolonha, Universidade européia

THE BOLOGNA PROCESS**ABSTRACT**

This paper is about the higher education reform in Europe and in Latin America. Before starting the analysis, it is important to present considerations about educational reforms in general. I do not intend developing a theoretical rehearsal concerning about education reforms, but to point out general considerations in order to clear the understanding what is happening in Europe and Latin America higher education. Therefore, this article will be divided into three parts. Firstly, I reflect about some the issues of the educational reforms. After, I analyze the nowadays reforms that Europe is promoting, whose stronger example is Bolonha's Process”. In the third, I consider aspects of the transformations in Latin America higher education.

KEYWORDS

Educational politics; Process Bologna's process; Higher education reforms

REFORMAS EDUCATIVAS: MOTIVAÇÕES E RISCOS

Reformas educativas são construções de um quadro legal e burocrático, geralmente proposto por políticos, para responder a determinados problemas e produzir efeitos mais ou menos coerentes com projetos mais amplos de um governo ou de um sistema de poder. Não há proposta de reforma que não se justifique como um projeto de superação de determinada situação a qual já não mais se quer que perdure.

Há reformas de maior ou de menor alcance: umas pretendem apenas melhorar os aspectos de um quadro de problemas, outras ambicionam mudanças radicais. Por diferentes que sejam, têm suas motivações e seus objetivos conectados com projetos políticos que quase sempre ultrapassam as dimensões internas das instituições educativas e tocam na problemática do sistema educacional e da sociedade. Por isso, uma reforma educativa acaba mexendo com interesses e valores não só da comunidade educativa, mas da população mais ampla.

Com mais ou menos intensidade, há em toda reforma o risco de uma crença exagerada na racionalidade positiva e objetiva. A fórmula mecanicista é a seguinte: uma vez constatado o problema, formulam-se as políticas para superá-lo, implementam-se as ações e alcançam-se os objetivos idealizados. Porém, nem sempre os resultados correspondem aos objetivos visados. Um dos maiores problemas que surgem relativamente aos resultados é que nem sempre os principais agentes a praticar no cotidiano uma reforma educativa - os professores - a internalizam como um valor. Em muitos casos, a comunidade educativa não se compromete com a reforma, não a discute, não a internaliza, pois a vê pouco efetiva ou de interesse apenas dos políticos.

Mas, uma reforma acaba produzindo sempre algum efeito, maior ou menor, de acordo com o idealizado ou não, reforçando algumas ideologias e favorecendo determinadas aspirações de grupos sociais, de interesse dos educadores ou dos políticos. Reformas não são inócuas, mas, não carregam uma bondade natural, como se fossem boas por si mesmas e sempre trouxessem os melhores benefícios para a sociedade. Elas emergem e se desenvolvem nas contradições da sociedade e dos sistemas nacionais e globais concorrentes e interdependentes. As reformas surgem como projetos concebidos geralmente

na esfera do poder para dar respostas a problemas que se confrontam nas disputas econômicas, étnicas, sociais, culturais, religiosas, políticas.

Toda reforma no âmbito da educação corresponde a uma resposta política a situações de desequilíbrios. As reformas educacionais se tornam imperativas quando surgem ou se agudizam problemas nas estruturas econômicas, sociais e políticas que requerem soluções urgentes. Nesses casos, a educação superior precisa também ela se repensar, promover mudanças em suas estruturas internas e transformações nas suas relações com a sociedade e com o estado.

O sistema global de produção é fortemente dependente da inovação, bem como a competitividade precisa de mecanismos flexíveis e de grande adaptabilidade. Disso deriva a importância das redes e da cooperação para aumento da produtividade e da competitividade. Dada a rapidez das mudanças, já não basta a qualificação para o trabalho, que pode se tornar obsoleta em curto prazo. É necessária a capacidade de continuamente desenvolver as possibilidades de aprendizagem e adaptar-se frente às mudanças dos conhecimentos e às novas demandas do trabalho e da vida social.

a) EUROPA: TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA UNIÃO EUROPEIA “DECLARAÇÃO DE BOLONHA” E A CONSTRUÇÃO DO “ESPAÇO EUROPEU DA EDUCAÇÃO SUPERIOR”

Se há nove séculos atrás Bolonha concebeu a instituição que se espalhou primeiramente pelo ocidente e depois pelo mundo todo, no apagar das luzes do século XX, Bolonha inaugura um processo que pode vir a transformar consideravelmente a universidade na Europa e, talvez, em outras partes do mundo, como a América Latina. Entre aquela e esta Bolonha, a universidade atravessou séculos e se firmou como uma das mais importantes e necessárias instituições das sociedades em todas as partes do mundo. Sempre em transformação, pois, histórica, ela segue hoje em caminhos cheios de encruzilhadas que lhe exigem tomar decisões que têm a ver com as suas missões, as suas funções no mundo globalizado e com o seu futuro. Se há questões gerais e mundializadas, se há problemas específicos para os sistemas educativos de cada país, muitas vezes exigindo que partes importantes das respostas sejam diferenciadas, certamente a histórica tradição cultural da Europa e a recente agenda de construção da “União Européia”

acrescentam características bem marcantes e que deverão ter grande impacto sobre a educação superior e suas relações com o conhecimento e com a economia. Que face é a sua? Quais são as suas faces e para onde elas se viram?

O fenômeno mais expressivo que hoje ocorre na Europa e talvez mesmo no mundo todo, em termos de educação superior, é, em verdade, o que consiste no processo decorrente da “Declaração de Bolonha”.

Com efeito, a Declaração de Bolonha, firmada em 1999, deslança um ambicioso programa de reforma da educação superior na Europa, que deve ir se consolidando pouco a pouco e atingir seus objetivos mais amplos até 2010. Esta é a intenção declarada. Entre intenção e realização pode sempre haver distâncias importantes. Os problemas e dificuldades são enormes, alguns deles de ordem prática, muitos deles de longa trajetória na história dos distintos países europeus. Não é nada fácil compatibilizar sistemas educativos de países que viveram séculos de disputas e de afirmação de suas identidades próprias. Veja-se, por exemplo, a grande polêmica que envolve a aprovação ou não de uma Constituição européia.

Uma premissa fundamental desse programa de reforma consiste em que uma Europa unida e forte depende de uma educação superior que lhe forneça as bases da inovação, da competitividade e da produtividade. Porém, essas propriedades não se manifestam no vácuo, tampouco separadamente. Precisam fazer parte de um conjunto muito bem articulado de produção e socialização de conhecimentos, de interconexão e processamento de informações.

A criação e a construção da União Européia resultam da globalização. Um dos aspectos mais importantes a considerar é que a constituição desse bloco é uma resposta ao temor de que a Europa possa vir ser colonizada pelos Estados Unidos e pelos países da região do Pacífico asiático. Um dos motivos principais da baixa competitividade européia relativamente a esses países e blocos mais ricos e avançados se devia, em recentes décadas passadas, especialmente ao seu déficit tecnológico. A essa constatação se acresce o diagnóstico de que as indústrias mais ligadas às bases da economia capitalista globalizada (a indústria da informação) e as universidades européias há alguns anos atrás não estavam adequadamente preparadas para alavancar a via tecnológica. Foram as aceleradas mudanças

tecnológicas ocorridas em centros mais desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos e no Japão, e a necessidade de interconexão das empresas comerciais que levaram a Europa a também se integrar às redes mundiais de informação. Essa integração às redes mundiais de informação lideradas pelos Estados Unidos e pelos setores industriais mais avançados do Pacífico asiático marcou a entrada da Europa nas bases da economia globalizada, interdependente e interconectada.

Porém, para além de se integrar às redes tecnológicas, que hoje constituem as bases da economia, a Europa precisava ainda aumentar seu poder competitivo face aos outros blocos da geografia política e econômica da nova ordem mundial. Uma das estratégias, além da cooperação política, era o desenvolvimento das indústrias ligadas às novas tecnologias da informação. Era preciso que essa estratégia contasse também com uma reforma nas esferas da formação profissional e da produção de conhecimentos e desenvolvimento tecnológico. Era estratégico criar uma universidade europeia para as necessidades europeias.

A globalização e os processos que visam construir a União Europeia certamente levantam problemas de tipo novo. A educação superior europeia é não só parte desses problemas, mas também ocupa posições centrais nas dinâmicas que visam solucioná-los. As autoridades educacionais europeias perceberam que a construção de uma Europa competitiva e unida passa necessariamente pela consolidação de convergências na educação superior.

À participação na globalização econômica correspondem os esforços para o estabelecimento de uma europeização política. No plano interno, os esforços seguiram na direção de adaptar cada país e o conjunto europeu à globalização, mediante ajustes econômicos, flexibilização do trabalho, enxugamento dos estados e de suas funções de provedores do bem-estar social e também a legitimação eurocrática, a ser assegurada em organismos supranacionais.

O processo de discussão em torno da europeização da educação superior se deslanchou a partir de uma reunião na Sorbonne, ocorrida em 25 de maio de 1998, em que os Ministros de Educação da França, Alemanha, Grã Bretanha e Itália assinaram a “Declaração conjunta sobre harmonização da arquitetura do sistema de educação europeu”.

Nessa reunião, ocorrida por ocasião da comemoração dos 800 anos da Sorbonne e com a lembrança dos 30 anos de “maio 68”, o bloco dos países europeus mais poderosos manifestava os propósitos de criar uma “Europa do Conhecimento”, “não só do Euro, dos bancos e da economia”. Em outras palavras, o documento expressou o desejo e a necessidade de construir um espaço europeu do conhecimento a partir das enormes capacidades intelectuais, culturais, sociais e técnicas do continente, em grande parte desenvolvidas nas universidades.

Em 19/06/1999, foi assinada por 29 ministros de educação da Europa a “Declaração de Bolonha”, que avança na articulação de idéias, políticas e compromissos que constituem as bases desse importante processo de reforma da educação superior em andamento na Europa. Seus objetivos declarados são: pôr em prática um sistema de titulações compatível e comparável, que também permita a expedição de um diploma suplementar ou “Suplemento Europeu de Título”; adotar um sistema facilmente comparável de dois níveis: Graduação e Pós-Graduação (este constituído de mestrado e doutorado); aplicação generalizada do Sistema Europeu de Crédito (ECTS), que estabelece critérios para a equivalência de créditos; promover a mobilidade; promover a cooperação entre os sistemas educativos europeus para assegurar a qualidade; promover a dimensão europeia na educação superior. Os traços mais importantes são a compatibilização dos dois ciclos, a transferência de créditos permitindo maior mobilidade estudantil e a atratividade.

No fundo, a “Declaração de Bolonha” é o registro formal de um importante processo que visa criar uma sólida convergência na educação superior europeia, a fim de que esta responda adequada e eficientemente aos problemas, oportunidades e desafios gestados pela globalização da economia. Daí a necessidade de adaptar os currículos às demandas e às características do mercado de trabalho, impulsionar a mobilidade de estudantes, professores e funcionários e, não menos importante, tornar a educação superior atraente no mercado global. Obviamente, em torno desses três eixos giram muitos outros acordos impulsionando programas e áreas de atuação. Para citar as mais evidentes: redes de cooperação interinstitucionais, especialmente na pesquisa (Área de Investigação Europeia), criação de mecanismos e critérios internacionais para acreditação e avaliação (agências supranacionais), desenvolvimento de programas com vistas à aprendizagem contínua.

É importante observar que a Declaração ou Processo de Bolonha foi uma iniciativa intergovernamental, de início adotada apenas pelos ministros da área educacional. Somente em 2002, em Lisboa, foi assumida como estratégia global e entra plenamente na agenda política da União Européia. Assim, ganhou maior legitimidade e apoio formal, passando a integrar o conjunto de políticas acordadas entre os países com as finalidades de construção das convergências que tornem possível um bloco europeu cada vez mais competitivo.

Várias outras reuniões se seguiram e vêm se seguindo à da Sorbonne e à de Bolonha. A terceira foi em Praga, em maio de 2001, quando 32 Ministros reafirmaram os objetivos anteriormente acertados, incluindo as conclusões da reunião do Conselho de Reitores da União Européia (CRUE) em Salamanca, em março de 2001, a Convenção de Estudantes de Goterborg, também em março de 2001 e as atividades da Associação de Universidades Européias (EUA), que reúne cerca de 600 instituições de 45 países. A quarta reunião dos Ministros, ocorrida em Berlim, em 2003, aprofundou as discussões sobre os processos conjuntos de acreditação e trouxe à tona a discussão sobre o conceito e a gestão da qualidade da educação superior européia a ser construída. Uma discussão importante se desenvolveu aí: mais que competitividade, o Espaço Comum Europeu de Educação Superior deve priorizar os aspectos sociais e culturais, para produzir maior coesão e combater as desigualdades no continente. A quinta reunião se dá em Bergen, neste ano de 2005.

Esse processo tem adquirido muita força, aumentado os âmbitos, as ações e os atores nas esferas oficiais, ou seja, das estruturas de gestão da União européia. Governos, universidades e outros tipos de instituições de educação superior, associações, agências e organismos multilaterais, redes, legitimados e assessorados pela União Européia, estão hoje intensamente envolvidos nessa empreitada de criar um Espaço Comum Europeu de Educação Superior coerente, atrativo e competitivo. Contando atualmente com a adesão de 40 países, aí incluídos a Rússia, Países Bálticos e Turquia, é basicamente um compromisso político, uma agenda de mudança, um esforço de mobilização de conjunto para construir convergências em educação superior nesse continente que seja o eixo da consolidação de uma cidadania européia. Se a Declaração de Bolonha declara o objetivo de enriquecer e consolidar a cidadania européia, em seu duplo aspecto de dotar os cidadãos de

competências e de consciência de pertencimento a uma mesma comunidade de valores, a um espaço cultural e social comum, também enfatiza a necessidade de aumentar a competitividade, sobretudo, fazer com que a educação superior europeia alcance graus mais elevados de interesse mundial. Uma das maneiras de atrair mais matrículas estrangeiras é conciliar no sistema as idéias de comparabilidade e compatibilidade com as de flexibilidade e diversidade institucional.

Isso não significa, entretanto, que o processo já esteja fazendo parte da vida cotidiana das universidades e já tenha recebido a adesão da comunidade acadêmica. Entre uma proposta de reforma e a adesão a seus princípios e práticas, por parte dos atores concernidos, pode haver grandes distâncias. Embora haja apoio da maioria dos gestores institucionais e de uma parte dos acadêmicos, o processo ainda provoca muitas dúvidas e inquietações. Por exemplo, trata-se de uma reforma aplicada de cima para baixo, basicamente de caráter legal, sem que a comunidade universitária tivesse oportunidade de participar amplamente de suas discussões. Isto poderia trazer problemas sérios à autonomia das instituições. Poderia haver assim um sério prejuízo à afirmação das identidades institucionais e uma desconsideração de seus problemas e de suas vocações. E há também inquietações relativamente aos custos que tal reforma implica. Uma preocupação de fundo diz respeito às funções essenciais da educação superior. Se é o mercado de trabalho que determina a formação universitária, impondo currículos de curta duração e voltados ao atendimento das necessidades laborais e às características dos empregos do momento, muitos da comunidade acadêmica e científica temem que a universidade perca suas perspectivas de longo prazo.

A grande meta desses países é promover, até 2010, uma transformação conjunta das estruturas da educação superior europeia, a partir de um marco de referência comum em termos de titulação, níveis de ensino, currículos, sistema de convalidação de créditos, mecanismos de garantia de qualidade e fé pública, facilitação da mobilidade internacional, enfim, uma reforma que seja capaz de superar as barreiras culturais, de idiomas e modelos educativos desse nível e torná-lo mais eficiente e competitivo. Em resumo, trata-se de eliminar as barreiras que impedem a livre circulação de capitais, mercadorias, conhecimentos e pessoas, mais propriamente, dos profissionais.

De um lado, essa reforma se explica pelo esforço de construção de convergências econômicas, sociais e políticas que a União Européia vem costurando entre os diversos países membros e que põem problemas comuns, que só podem ser resolvidos em conjunto. Por exemplo, a questão dos empregos transnacionais, mobilidade de cidadãos, atratividade. Nos processos de construção de integração regional se produzem relações de diversos tipos, desde interdependências econômicas a correlações culturais e de valor. Claro está que esses processos são permeados de enormes contradições. Há também o intento de diminuir as marcadas diversidades culturais e sociais e amenizar as grandes diferenças consolidadas em séculos de história dos distintos países da Europa.

Por outro lado, a reforma em construção explica-se também e de modo muito significativo pela natureza essencialmente competitiva da globalização econômica. É imperativo a todo o bloco europeu, a cada país e a cada instituição, o aumento de competitividade, não só pela questão da sobrevivência individual, mas também em razão da necessidade de consolidar um modelo convergente que permita a propagação de uma concepção de educação superior e a transnacionalização de suas respectivas estruturas organizacionais e seus programas pedagógicos a países de outros continentes menos desenvolvidos.

A competitividade é interna, ou seja, entre os sistemas e instituições do continente europeu, e externa, isto é, da União Européia com relação ao resto do mundo. Neste caso, é particularmente importante criar as condições para tornar as instituições européias mais atrativas. Até o momento, Reino Unido, França, Alemanha, Bélgica e Espanha são os países europeus que mais recebem estudantes estrangeiros, mas estão muito longe da capacidade de atração que os Estados Unidos apresentam.

CONSTRUÇÃO DE CONVERGÊNCIAS CURRICULARES

Um dos eixos mais importantes dos debates que ocorrem na Europa diz respeito ao mercado de trabalho. O mundo das profissões se tornou muito diversificado e complexo. Não só é necessário que os profissionais estejam preparados para diferentes novas demandas do mercado, mas, também, estejam em condições de permanentemente se atualizar em face das mudanças e transformações que vão ocorrendo na economia, na

sociedade e na ciência. O mercado de trabalho exige atitudes e habilidades socioprofissionais múltiplas e flexíveis aliadas a competências técnicas e científicas que dêem conta dos aspectos mais gerais do conhecimento e da atuação profissional e também dos mais específicos e mutáveis. Ao conhecimento de base e ao domínio de habilidades genéricas se aliam as políticas e atitudes de “Long Life Learning”, que se incorpora às dinâmicas da “sociedade do conhecimento”. Informação e comunicação adquirem enorme importância num mundo que se faz cada vez mais complexo e que se transforma muito rapidamente.

O processo de Bolonha visa aumentar a produtividade e a atratividade, porém, associando a isso práticas de aprendizagem contínua e a superação de entraves burocráticos. O que passa a ser visado é a construção de condições para ampliar e intensificar a mobilidade, tendo em vista as novas e diversificadas realidades do mercado de trabalho na Europa. Essa política de mobilidade requer um esforço de maior compatibilização de currículos e convergências entre as estruturas organizacionais dos sistemas. Tem sido bastante difícil construir essas compatibilizações e convergências, dadas as grandes diferenças existentes nos distintos sistemas.

A mais importante medida de mobilidade, para tornar praticável o currículo de dimensão continental, consiste no Sistema Europeu de Créditos Transferíveis, uma espécie de “moeda única” da educação superior da Comunidade Européia. Trata-se de um marco comum de titulações com validade européia, que permite que os créditos e diplomas obtidos pelos estudantes em qualquer dos países associados sejam plenamente reconhecidos pelos demais e gerem os respectivos efeitos¹.

Importante observar que o critério principal de contabilização dos créditos não é mais o de tempo despendido em sala de aula, mas o de horas estimadas em estudos e atividades. Conseqüentemente, os títulos obtidos segundo um marco geral comum apresentam validade irrestrita para o trabalho e o emprego nos diversos países. Além da simples menção de um título, por exemplo em engenharia ou advocacia, está sendo posto em prática um outro instrumento, conhecido por “suplemento ao diploma”. Na prática,

¹ Prática muito comum é o intercâmbio entre estudantes. Há incentivos, inclusive bolsas e facilidades burocráticas, para que os estudantes façam parte de seus cursos em outros países, obtendo sem problemas o reconhecimento dos créditos amealhados no exterior.

consiste em especificações do currículo cursado, dos créditos, competências e conteúdos obtidos, visando darem um perfil mais completo e qualitativo da formação recebida por um profissional.

Para assegurar um mínimo de harmonia e operatividade ao sistema, o Processo de Bolonha prevê mecanismos comuns de acreditação, novos instrumentos legais de compatibilidade jurídico-acadêmica, convênios, programas, projetos e acordos comuns de intercâmbio e mobilidade, redes e distintas formas de cooperação e de competição internacional². Mais eficiência administrativa, maior flexibilidade no reconhecimento de créditos e títulos, maior comparabilidade e mais exigente controle dos resultados são horizontes importantes desse modelo.

Além disso, a reforma objetiva trazer mais homogeneidade relativamente às competências a serem adquiridas, aos conteúdos a serem ensinados, à duração e aos tipos de cursos a serem oferecidos, como critério importante para a livre circulação de profissionais no espaço europeu. A heterogeneidade até há pouco vigente nos distintos sistemas de educação superior europeus dificultava muito o reconhecimento das competências de um profissional, pois, um curso poderia durar três anos num país, quatro, cinco ou até mesmo sete anos em outro vizinho.

A Europa se propõe a adotar um modelo curricular mais próximo ao que é praticado em alguns casos nos Estados Unidos, no Reino Unido e no Canadá. O marco europeu de titulações, assim que totalmente posto em prática, estará homogeneizado – essa é a expectativa - em um bacharelado de três anos (em alguns casos, quatro), em que se dará uma formação geral, interdisciplinária e básica, a que pode seguir-se um período de dois anos de mestrado, de formação especializada, mais três anos de doutorado. Portanto, os três títulos poderiam ser obtidos em um total de 8 anos.

Essa rapidez na obtenção de títulos pelo encurtamento dos cursos está intimamente relacionada com a necessidade de apressar a entrada de profissionais no mercado e

² Há fortes incentivos e investimentos da Comissão da União Européia para as pesquisas internacionais, isto é, projetos que reúnam pesquisadores de ao menos três países diferentes. O objetivo é mais do que claro: criar um espaço europeu de pesquisa, ou seja, uma comunidade de pesquisa em escala européia. Com esse propósito, vêm aumentando bastante os congressos europeus, não simplesmente nacionais.

umentar a competitividade dos países europeus não só no âmbito do velho continente, mas também em âmbitos mundiais.

Em resumo, a Declaração de Bolonha propõe a criação de um Espaço Europeu de Educação Superior, incluindo os seguintes objetivos e instrumentos:

- 1) Adoção de um sistema comparável de titulações e graus que facilite o reconhecimento acadêmico e profissional nos distintos países membros;
- 2) Adoção de um sistema baseado em dois ciclos (com alguma flexibilidade, 3 anos para o Bacharelado, equivalente a 180 créditos, e 2 para o Mestrado, com 120 créditos);
- 3) Estabelecimento de um sistema comum de créditos (ECTS-European Credit Transfer System), que permita flexibilidade, transparência, transferência, comparabilidade internacional e acumulação³;
- 4) Promoção de mobilidade de professores, pesquisadores, estudantes e pessoal administrativo;
- 5) Promoção de cooperação para assegurar a qualidade;
- 6) Promoção de desenvolvimento curricular comparável.

Não são simplesmente medidas burocráticas e regulatórias, embora o marco legal seja um eixo muito importante para assegurar um mínimo de coerência e de garantia de direitos. O processo é bastante amplo e ultrapassa em muito os acordos quanto à convalidação de créditos e títulos e a adoção compartilhada de um sistema de ciclos. Verifica-se um esforço crescente de internacionalização e convergência da educação superior européia, que até um passado recente prezava muito as especificidades nacionais e a autonomia individual das instituições. Internacionalização e europeização são conceitos que estão no centro desse processo.

INTERNACIONALIZAÇÃO E EUROPEIZAÇÃO NO PROCESSO DE BOLONHA

A internacionalização proposta na Declaração de Bolonha é uma resposta européia às demandas da globalização, no âmbito da educação superior. Nela têm grande peso as

³ Sistema de conversão: A (excellent) para os 10% melhores; B (very good) para os 25% seguintes; C (good) para os 30% seguintes; D (satisfactory) para os 25% seguintes; E (sufficient) para os 10% restantes aprovados. Alguns dos créditos podem ser obtidos fora das instituições educativas.

questões da integração econômica, dos acertos políticos e das crescentes necessidades de entendimentos interculturais no âmbito europeu. Há nesse processo tendências híbridas: a concorrência entre solidariedade acadêmica, no tradicional sentido da internacionalização universitária, e a competição potencializada pela globalização neoliberal.

A maior ênfase se dá no aspecto da competitividade econômica. Antes mesmo da Declaração de Bolonha, alguns programas, como o ERASMUS (European Action Scheme for the Mobility of University Students), já se dedicavam a fortalecer a pesquisa e a docência e a promover a mobilidade do pessoal universitário. “Estes programas deram grande ímpeto à internacionalização e europeização da educação superior. Os governos nacionais, as fundações privadas e, principalmente, as instituições de educação superior responderam desenhando outros programas de internacionalização.” (DE WIT, 2004, p.87). Tal como veio a ser depois a Declaração de Bolonha, o ERASMUS é um desses programas criados pela União Européia com o objetivo de promover, através da educação, a integração e a identidade européia e, ao mesmo tempo, aumentar sua competitividade ante os Estados Unidos e o Japão. Por sua vez, na lógica do Tratado de Maastricht, o Parlamento Europeu criou o programa SOCRATES, que incorporou e ampliou o ERASMUS, com a finalidade de desenvolver a dimensão européia em educação, ampliar as cooperações interinstitucionais, facilitar a mobilidade de estudantes e professores, melhorar a compreensão geral dos problemas, estabelecer mecanismos de reconhecimento mútuo de diplomas etc (YARZÁBAL, 2002, p. 50).

A Declaração de Bolonha levou para mais longe a europeização da educação superior. Seu foco é o sistema europeu, não as instituições de educação superior em particular. Levou, portanto, a competitividade e a questão da qualidade acadêmica ao nível mais geral da União Européia, com o objetivo de tornar a Europa mais competitiva na economia global.

Depois do atentado terrorista de “11 de setembro”, ou seja, da destruição das Torres Gêmeas, os Estados Unidos passaram a exercer um controle mais rigoroso na entrada de estrangeiros em seu território. Desde então diminuiu o número de estudantes provenientes de outros países, o que trouxe reflexos negativos no faturamento via matrículas. Por outro

lado, essa redução de faturamento norte-americano passa a ser uma oportunidade para a Europa aumentar sua competitividade na área de educação superior.

Com efeito, a educação superior, além de suas funções de democratização, está sendo um dos mercados mais atraentes e lucrativos, para instituições e países. Tem havido uma estabilização e até mesmo uma certa diminuição de matrículas em educação superior nos países desenvolvidos. Por outro lado, a demanda de alunos que buscam estudos em países estrangeiros aumentou em cerca de 30% no último decênio e continua crescendo. Daí a importância para a Europa de aumentar a competitividade e a compatibilidade através de arranjos no espaço da educação superior, pois isto significaria, de forma interconectada, ingresso de recursos e fortalecimento político e cultural.

Uma das características da cooperação acadêmica entre países desenvolvidos é a bilateralidade. Instituições educativas e grupos de pesquisadores desenvolvem relações mais ou menos simétricas, de modo que ambas as partes tenham benefícios comuns. Evidentemente há incentivo à execução de projetos e programas comuns, mas isso tem motivações pragmáticas. Quando os intercâmbios são feitos com motivações e finalidades acadêmicas, o que se busca em primeiro lugar é a melhora da formação e o desenvolvimento de projetos que signifiquem elevação da qualidade. Mas, na Europa, é preciso levar em conta a existência de uma grande diversidade cultural, que muitas vezes dificulta os acordos políticos e as boas intenções acadêmicas.

Não se trata simplesmente de colaboração acadêmica entre as instituições e os pesquisadores de distintos países da região. Salvo quando há convênios ou acordos de mútua colaboração, um forte interesse econômico, não meramente acadêmico, envolve as matrículas de estudantes estrangeiros. É relevante observar que os Ministérios de Relações Exteriores e alguns organismos supranacionais ou intergovernamentais dividem com os Ministérios de Educação e de Ciência e Tecnologia a direção e os poderes de decisão sobre as relações educativas internacionais. Isto leva a pensar que nem sempre são valores acadêmicos de formação e de produção de conhecimento os que prevalecem.

O fenômeno educativo que os europeus tratam de consolidar através do Processo de Bolonha ultrapassa os sentidos meramente educativos. A educação superior européia deve cumprir a estratégia de construção do espaço comum europeu. Porém, nem mesmo a

palavra internacionalização, tão familiar à universidade, designa bem o que está acontecendo. Mais que internacional, a cooperação agora é transnacional. Dupas ajuda a entender essa distinção; dá o exemplo da União Européia e aponta os riscos:

a idéia seria criar uma nova sinergia a partir da cooperação de Estados grandes e fortes com nações pequenas e fracas (...) Em síntese, trata-se de uma cessão de soberania nacional em favor de um novo centro de poder político supranacional organizado como uma federação de Estados ou arranjo semelhante. (DUPAS, 2005, p.169).

Nessa busca de maior competitividade de todo o bloco europeu é preciso considerar que a questão do desenvolvimento econômico não mais se circunscreve aos limites de um estado-nação. Tornou-se uma questão mundial, inserida na rede de interdependências globais. Se os objetivos nacionais se submetem aos objetivos globais, a educação também tende a seguir as determinações das políticas mundiais e das corporações transnacionais. Isso produz de cara uma mudança de sentido ético: a introdução ou o fortalecimento, nos sistemas e nas instituições educacionais, das práticas e atitudes de competitividade. No caso dos países menos desenvolvidos, trata-se de fazer da educação uma plataforma para os saltos que diminuam as distâncias em relação aos países mais ricos. Isso se torna uma necessidade de todo um bloco de países e economias, que requer um crescimento estrutural: o fortalecimento de todos depende também do aumento da capacidade competitiva de cada um.

Nem sempre se trata simplesmente de colaboração acadêmica entre as instituições e os pesquisadores de distintos países da região. Não há como não inserir essa reforma no contexto mais amplo da globalização em geral e, em particular, da economização da educação superior. Como venho insistindo, um dos mais importantes objetivos dessa reforma, junto com a facilitação da livre circulação de profissionais, é aumentar a competitividade da Europa na oferta de serviços educacionais, pois, essa é uma invejável fonte de divisas econômicas e ao mesmo tempo de fortalecimento político e cultural. Daí a importância atribuída à competitividade e a instâncias e mecanismos objetivos e padronizados de controle, que regulem internacionalmente o livre comércio da educação.

Salvo quando há convênios ou acordos de mútua colaboração, as diversas modalidades de intercâmbios internacionais se revestem de interesses econômicos. De modo muito forte, competição, interesses de mercado, objetivos de maior competitividade.

Quando prevalece a lógica do mercado e da mercadorização da educação, esta é tratada como produto negociável, regido pelas regras do comércio e atravessado pela concorrência. Isto é muito diferente do conceito de internacionalização da educação superior – cuja essência é a cooperação acadêmica, a solidariedade interinstitucional, a liberdade de pensamento.

RESISTÊNCIAS, DESAFIOS E TENSÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE BOLONHA

Apesar de já ter alcançado vários resultados, a ponto de ter-se tornado uma ampla referência internacional, não se pode dizer que esse processo já esteja fazendo parte da vida cotidiana das instituições educativas e já tenha recebido ampla adesão da comunidade acadêmica e científica. Entre uma proposta de reforma e a adesão a seus princípios e práticas, por parte dos atores concernidos, pode haver grandes distâncias. Embora haja apoio da maioria das autoridades governamentais da área, dos gestores institucionais e de uma parte dos estudantes e professores, o processo ainda provoca muitas dúvidas e inquietações.

As críticas são de diverso teor. Por exemplo, há críticas no sentido de que se trata de uma reforma aplicada de cima para baixo, basicamente de caráter legal, sem que a comunidade universitária tivesse oportunidade de participar amplamente de suas discussões. Como se sabe, é a participação que leva à adesão e ao comprometimento. Sem participação e engajamento dos responsáveis pela qualidade educativa, há o temor de que o processo se burocratize e seja superficial. A falta de participação dos agentes da comunidade acadêmica e científica nas discussões e processos de elaboração da reforma também poderia trazer problemas sérios à autonomia das universidades, um grande prejuízo à afirmação das identidades institucionais e uma desconsideração de seus problemas e de suas vocações próprios. E há também inquietações relativamente aos custos que tal reforma implica para as instituições.

Uma preocupação de fundo diz respeito às funções essenciais da educação superior. Se é o mercado de trabalho que determina a formação universitária, impondo currículos de curta duração e voltados ao atendimento das necessidades laborais e às características dos

empregos do momento, muitos da comunidade acadêmica e científica temem que a universidade perca suas perspectivas de longo prazo e se afaste das referências sociais.

O processo de construção de um novo espaço universitário europeu, que leva o nome da Declaração firmada em 1999 em Bolonha e que vem se desdobrando em seguidas reuniões em diferentes países da Comunidade Européia, ao menos nos documentos oficiais explicita muito boas intenções. Nessas declarações o que prevalece não é o sentido explicitamente comercial. O propósito central anunciado no texto é consolidar amplos processos interativos de incorporação de todas as dimensões científicas, pedagógicas, culturais e globais da educação superior. Assim, a educação superior estaria efetivamente enriquecendo a cidadania européia e aprofundando a consciência de que todos os europeus compartilham valores e pertencem a espaços culturais e sociais comuns. A ser assim, esse processo seria um poderoso instrumento para a realização do sonho de construção de uma Europa do conhecimento, unida, solidária, moderna, competente e competitiva.

Porém, na prática nem sempre prevalecem os bons princípios de caráter democrático e participativo. Sem dúvida que há muitos programas, muitas agências e muitas ações de cooperação. Porém, não se trata só de cooperação, mas também de uma forte competição, como costuma ocorrer nos âmbitos regidos pela lógica do mercado. Muitas vezes é difícil distinguir entre cooperação e competição, até onde vai uma e onde começa a outra. O certo é que os intercâmbios muito pouco têm dos sentidos da tradicional solidariedade universitária ou de uma cooperação visando somente o desenvolvimento da ciência universal e desinteressada. Ainda que não de modo absoluto, nas relações entre sistemas, instituições, professores e estudantes dos distintos países, o que prevalece mesmo é o critério da utilidade.

Se fortes são as razões econômicas e utilitárias, então, não espanta haver resistências a seus excessos. À semelhança do que também ocorre em outros continentes, há muitos acadêmicos europeus que temem que as ações invasivas do mercado erosionem os valores acadêmicos da educação superior. Os principais temores se ligam especialmente à mercantilização da educação superior de corte transnacional, que pode passar a ser formalmente regulada pelo Acordo Geral de Comércio sobre Serviços, capítulo da Organização Mundial do Comércio.

Uma crítica à mercadorização da educação se tornou explícita na Declaração produzida na reunião de Praga, em 2001. Aí ficou realçado o sentido da educação como bem e responsabilidade públicos, direito de todos. Já a reunião de Berlim, em 19 de setembro de 2003, reiterou o caráter político da educação superior em função da democratização. Mais propriamente, enfatizou que o espaço universitário europeu deveria cooperar para a maior coesão social e redução das desigualdades.

Todos os esforços que estão sendo feitos no sentido de aumentar a convergência da educação superior esbarram em tensões e contradições bastante fortes. De um lado, a crescente pressão por aumentar a competitividade e aumentar os vínculos da educação superior com o mercado e as necessidades laborais. Por outro lado, a defesa dos valores acadêmicos e da função política de democratização. A visão da educação como bem público orientado para a produção do bem-estar da população está coerente com o reforço também explícito dos valores acadêmicos, em contraposição aos interesses individualistas do mercado. Esta tensão não é particularmente restrita à Europa, pois, faz parte das transformações da sociedade global e da educação superior de todas as partes, guardadas as peculiaridades e diferenças de um país a outro.

O novo modelo universitário europeu objetiva dar respostas coerentes e comuns aos desafios que a globalização impõe, basicamente relacionados à internacionalidade do livre mercado europeu, à mobilidade, à empregabilidade (que requer critérios transparentes nos intercâmbios laborais), à eficiência e à competitividade no mundo. Disso decorre a centralidade da função de capacitação para os empregos. A preparação para o trabalho passa a ser função dominante e o fortalecimento do mercado se torna uma meta essencial a ser atingida pela universidade. “Cada vez mais triunfa o critério de conceber a educação pós-secundária como um todo, sistematicamente organizado, de sorte que se contemplem interrelações entre as distintas modalidades e vinculações muito claras com o mundo do trabalho, assim como possíveis saídas laterais, acreditadas com títulos ou diplomas intermediários” (TUNNERMANN BERNHEIM, 2004, p. 244).

Um propósito importante da reforma é o adensamento da demografia universitária europeia, atualmente muito baixa, se comparada com a dos Estados Unidos. Atrair mais estudantes estrangeiros, mediante a criação de novos programas, do aumento da

produtividade e da garantia de qualidade em termos europeus, é um dos aspectos mais relevantes da competitividade almejada. Estes objetivos reforçam as estratégias de maior controle nos sistemas de avaliação e acreditação, medidas de harmonização e compatibilização de currículos, estabelecimento de critérios internacionais objetivos e padronizados, bem como o aumento da ação dos Estados (Intruder State) na regulação da educação superior.

Esta nova configuração universitária não está isenta de tensões. Universitários e outros agentes importantes da União Européia se dividem entre o apoio e a crítica à globalização e suas interferências no contexto do conhecimento e da formação. As contradições fazem parte de todos os fenômenos sociais e os dissensos são uma forte característica das comunidades acadêmicas e científicas. Como em todos os fenômenos complexos, que envolvem dimensões políticas, diferenças culturais e interesses econômicos, é uma simplificação muito grande seja apoiar, seja recusar em bloco esse processo polissêmico.

Não convém esperar unanimidade nem no apoio e nem nas críticas a esse amplo processo de mudança. As dificuldades de acordo e convergências são ainda maiores se considerado que esse processo se instaura numa região altamente politizada e que conta com um longo, diversificado e rico desenvolvimento intelectual, científico e artístico fomentado nas suas seculares instituições universitárias e com as distintas construções identitárias e culturais das diferentes populações.

Há importantes argumentos defendendo a necessidade de políticas para a superação de barreiras que travam as relações de diversas dimensões entre os países e dificultam a consolidação de uma cidadania européia. Por isso, defendem a importância de que seja cumprida a meta de que ao menos 10% dos estudantes de educação superior da Europa tenham experiências em países distintos dos seus. Segundo esses argumentos, o incremento da mobilidade requer estruturas curriculares mais simples, compatíveis e comparáveis. Além disso, o mercado comum europeu, à medida que se consolida, exige mais competência e maior competitividade. Isto requer maior liberdade para que os profissionais disputem postos de trabalho para além das fronteiras de seus próprios países e também uma mais clara definição de regras para as diversas profissões e para os títulos.

Há também o argumento de que a educação superior dos países da Europa tem perdido competitividade em relação às universidades dos Estados Unidos. Efetivamente, a educação superior está sendo uma importante fonte de recursos e é encarada como um mercado de grande rentabilidade por aqueles que se interessam pelos negócios educacionais. Além disso, é um setor estratégico para os sistemas de poder e competitividade dos países. A questão da competitividade está aliada à atratividade. O Espaço Europeu de Educação Superior quer atrair um maior número de estudantes estrangeiros, por motivos econômicos e políticos.

Aumentar a competitividade europeia é desafio que requer a eliminação dos grandes entraves da diversidade de diplomas, de currículos, duração, legislação e critérios de convalidação. Daí a necessidade de criar currículos mais semelhantes, em geral mais curtos⁴, de acordo com as necessidades do mercado. Um dos mais difíceis problemas de ordem prática consiste na elaboração de um marco normativo que permita comparabilidade, compatibilidade e flexibilidade de currículos⁵. Tornar mais atraente a educação superior europeia requer, então, não apenas tornar mais semelhantes e comparáveis os sistemas, mas também aumentar sua eficiência, especialmente evitando evasões, acelerando as titulações, encurtando tempos de estudos e principalmente estreitando seus laços com o mercado.

A defesa do processo de reforma alega que o aumento de recursos não é apenas das próprias instituições, tampouco são ganhos diretos de produtividade. O processo de Bolonha também objetiva ajudar os países, especialmente aqueles menos desenvolvidos, a saltar algumas etapas. Isto pode acontecer pela aprendizagem de experiências bem sucedidas em outros países, pela supressão de passos custosos nos processos de investigação e inovação. Afinal de contas, o fortalecimento do conjunto passa pelo fortalecimento de cada um dos países do bloco; portanto, requer o soerguimento dos participantes mais pobres.

⁴ A duração atende a critérios de efetividade e flexibilidade: tempo efetivo gasto em uma atividade, que resulta em um certo número de créditos, calculado segundo critérios gerais previamente discutidos, podendo incluir a validação de habilidades adquiridas e atividades cumpridas fora do sistema formal. A ênfase, pois, é mais na aprendizagem que no ensino.

⁵ A União Europeia está pondo em prática o “Sistema Europeu de Transferência de Créditos (ECTS), baseado na confiança mútua e em critérios flexíveis, que levam em conta estimativas de atividades, mais que outros critérios burocráticos de contabilização de créditos.

Diz Bloom: “O ensino superior pode também ajudar os países a atrair os investimentos estrangeiros e a participar mais eficazmente nos negócios internacionais, dadas as exigências técnicas da diplomacia, do comércio internacional e de governança global” (BLOOM, 2003, p.153). Em outras palavras, esse processo seria um eixo central do desenvolvimento econômico do conjunto de países da Europa. Por isso, os currículos devem ter estreita relação com o mercado de trabalho. Assim sendo, precisam ser o suficientemente interdisciplinares e flexíveis, com conteúdos mais pertinentes às realidades européias, não só para atender à diversidade cultural e econômica dos países, mas também para possibilitar múltiplas certificações, correspondentes a vários graus cumpridos, com variados tempos de duração. Porém, para além do desenvolvimento econômico, não menos importantes são as vantagens de caráter privado e avanços de caráter político, especialmente aqueles ligados ao aprofundamento da democracia participativa.

Portanto, não somente os fundamentos econômicos têm valor nessa nova ordem. Também são de enorme importância os fundamentos políticos, especialmente os ligados aos acordos comuns entre países e à segurança nacional, crescentemente mais complicada pela escassez de empregos, pelas diferenças culturais e religiosas e pelas ondas de migrações e mobilidade em geral. Os países europeus vivem a rica e difícil experiência de elaborar suas agendas nacionais em um contexto de intensas interdependências internacionais.

Há ganhos e perdas nessas relações de interdependência. “Os membros, confrontados com a harmonização de suas agendas domésticas, estão, ao mesmo tempo, perdendo poder para tomar decisões nacionais e capacidade para implementá-las. Os intelectuais políticos falam de um sistema de governabilidade (*governance*) em todos os níveis na União Européia. Isto é, analisam a nova realidade que consiste em conseqüências compartilhadas de responsabilidade, muitas das quais não parecem muito claras; por outro lado, as realidades interdependentes da vida política dos Estados nacionais e, por outro, a politização da vida da União Européia” (KÜNHARDT, 2003, p.45).

Um dos aspectos centrais da globalização é a interdependência mundial, não apenas econômica, mas também política. Entretanto, por mais importante que seja a convergência política, não se pode esquecer que ela está conectada com a competitividade e o

fortalecimento econômico do bloco. No caso do Velho Continente, a interdependência política e econômica se dá não somente com as esferas globais, mas também entre as nações que fazem parte da União Européia. No plano social, especialmente na Europa, intensifica-se a mobilidade física dos indivíduos, acompanhando os movimentos de integração econômica e de intercâmbio de informações. Na esfera econômica global, aceleraram-se os intercâmbios de mercadorias e matérias primas e ocorre um aumento enorme e em tempo integral das relações financeiras.

A mobilidade humana e as migrações carregam um componente político bastante complexo. Variam de país a outro e mesmo de uma a outra região o interesse e a capacidade de receber ondas de imigrantes de distintas culturas, religiões, condições intelectuais e laborais. “A direção está tomada para um papel global da Europa. A transparência de seu perfil é ainda muito débil; as contradições são evidentes e os conflitos serão inevitáveis. Porém a Europa se está movendo para uma nova projeção de si mesma e para uma nova presença em assuntos globais”. (KÜNHARDT, 2003, p. 53).

Para isso se faz necessária uma reforma de educação superior que dê coesão a essa busca de equilíbrio interno e participação mais ativa no resto do mundo. Porém, as dúvidas, os temores e as resistências na área de educação superior são muito grandes. Com objetivos de tamanha magnitude, as reformas não poderiam ser superficiais, nem deixar de receber a adesão dos distintos países e das universidades em geral.

Um dos mais sérios questionamentos que se fazem a esse processo de convergência⁶ da educação superior européia e da internacionalização em geral se refere ao reconhecimento de diplomas. Títulos e diplomas, como se sabe, se baseiam em regras e geram direitos, o que nem sempre é fácil de concertar em um plano internacional. Muitas são as questões que dificultam os acordos. Por exemplo, mudar a duração de um curso pode convir a um país e não a outro, dadas as questões de financiamento, de cultura e características da economia e especialmente dos empregos. Persistem dúvidas: por exemplo, até que ponto um curso de três anos garantirá algum emprego? Quais os impactos na carreira docente? Quais as possibilidades de emprego em outros países? Estão os

⁶ Entre harmonização, homogeneização e busca de convergências, fico com esta última expressão. São muito grandes as diferenças culturais, políticas e econômicas de um país a outro e enormes os problemas burocráticos, legais e práticos a serem superados.

diversos países em condições de pagar salários compatíveis com a formação recebida por um profissional em outros países da União Européia?

É certo que alguns avanços já se percebem nesse esforço de construção de convergências na educação superior, ao menos no plano da legitimação dos organismos políticos da União Européia. Entretanto, apesar disso, não se pode esquecer que a Europa reúne países muito distintos do ponto de vista econômico, social, cultural, religioso, político, em virtude das diferentes histórias que cada um vem construindo ao longo dos tempos. Apesar dos avanços já conseguidos, é muito grande o receio de que a educação superior – no mundo todo, não apenas na Europa - e seus processos de reconhecimento de diplomas, sejam regidos por critérios e motivações comerciais.

Marco Antônio Dias levanta algumas importantes questões que manifestam graves receios: “Quem vai acreditar? Com que critérios? De que qualidade se fala? Qualidade sem pertinência? Podem as autoridades nacionais e as comunidades acadêmicas aceitarem que se entregue a grupos estrangeiros a atribuição de dizer o que é qualidade e pertinência dentro dos territórios de cada país?” (DIAS, 2003, p. 67). Especificamente a respeito do Processo de Bolonha, Dias alerta para o risco do que ele chama de “portoriquização” dos países europeus. “É uma repetição, no velho mundo, da adaptação dos sistemas ao modelo norte-americano, processo vivido na América Latina no final dos anos 60 e princípio dos anos 70. Facilitará o reconhecimento de estudos, estimulará a mobilidade de estudantes, pesquisadores e professores. Mas, poderá favorecer também a consolidação de um processo já mais que visível na Inglaterra, ou seja, o de ‘portoriquização’ dos países europeus, com a transformação da Europa numa grande Inglaterra, ou numa federação de países livres associados” (DIAS, 2003, p. 74).

Quanto à acreditação, a tendência é a de criar não uma meta-agência européia, mas uma rede de agências mais ou menos livremente organizadas segundo distintas iniciativas. Porém, quem acreditará essas agências? Quem assegurará a qualidade dessas agências, segundo critérios e padrões internos e externos? É a competitividade a medida da qualidade?

Em termos de União Européia, a competitividade está relacionada com a atratividade, ou seja, a capacidade de todo o bloco europeu se tornar mais atraente e

eficiente no comércio educativo mundial, recebendo mais estudantes estrangeiros e, portanto, mais pagamentos por matrículas e taxas, e ao mesmo tempo robustecendo-se nas relações de força na geopolítica global. De modo específico, a competitividade também se dá entre as instituições de educação superior do velho continente.

As principais motivações são de ordem instrumental e econômica, mas, isso vem ocultado por recursos ideológicos de uma retórica que valoriza os profissionais globalizantes, os ganhos de produtividade, a ampliação de oportunidades e até mesmo uma duvidosa responsabilidade social dos empresários transnacionais. Por exemplo, eis o que diz a esse respeito Sklair, sugerindo que os empresários não visam somente o lucro, mas também o bem-estar do país em que implantam seus negócios: “Com a globalização e a mudança das situações locais, os dirigentes do mundo dos negócios são chamados a afrontar problemas complexos que atingem não somente seus acionistas, seus empregados e seus clientes, mas também a qualidade da vida nas comunidades locais, nosso meio ambiente e as populações e as nações através do mundo” (SKLAIR, 2001, p.159). Ora, ressalvadas eventuais honrosas exceções, a mercantilização global tem trazido grandes problemas, às vezes verdadeiros desastres, à preservação da natureza. Poucas empresas transnacionais se preocupam com a ecologia e a qualidade de vida das populações dos países em que se instalam. Os países mais industrializados são via de regra os que mais poluem e mais exploram a mão-de-obra barata, para além de suas fronteiras.

Com a consolidação de um bloco universitário europeu, inegavelmente aumentam as oportunidades de relações estratégicas, porém, de acordo com as tendências de desenvolvimento impulsionadas pela globalização. O problema que resta é saber qual é, para além da retórica, a real contribuição que essa universidade que emerge da Declaração de Bolonha dará à construção de uma sólida cidadania européia. A questão é saber até que ponto essa reforma universitária fortalecerá a racionalidade instrumental e os mandamentos mercantis, ou, se, ao impulsionar o desenvolvimento material, ao mesmo tempo estará dando maior densidade aos processos de democratização, de aprofundamento do sentido do bem comum, de convivência e tolerância num espaço de grande diversidade e de marcadas contradições.

Os europeus têm a esperança de aumentar a internacionalização de suas instituições de ensino e pesquisa. De um modo particular, pretendem estender e aprofundar as relações entre suas universidades e as instituições e sistemas latino-americanos. Isto já está bastante facilitado pelas históricas relações culturais, lingüísticas e econômicas existentes entre os países latino-americanos e os europeus de fala latina, especialmente os ibero-americanos.

Com um sistema superior europeu mais competitivo e mais organizado, é mesmo provável que os intercâmbios entre suas universidades e as latino-americanas apresentem mais amplas oportunidades. Tradicionalmente, estas relações têm se limitado quase somente a poucos países, principalmente França, Inglaterra, Espanha e Portugal. Aliás, a mobilidade tem se efetivado praticamente em mão única. Intercâmbios em sentido pleno são poucos, mesmo por que quase não há mobilidade de estudantes dos países ricos para os pobres.

REFERÊNCIAS

BLOOM, D. E. Des idées à l'action pour une réforme de l'enseignement supérieur. In: BRETON, G.; LAMBERT, M. (Org.). **Globalisation et Universités**. Paris: Nouvel espace, nouveaux acteurs, Editions UNESCO/Université Laval/Economica, 2003.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**. Políticas educacionais e reformas da educação superior, São Paulo: Editora Cortez, 2003.

_____. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado**. Sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DIAS, M. A. R. Espaços solidários em tempos de Obscurantismo. In: MORHY, L. (Org.). **Universidade em questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2003. v.1.

DUPAS, G. **Atores e poderes na nova ordem global**. Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

KNIGHT, J. Comercialización de servicios de educación superior: Implicaciones del AGCS. In: GARCÍA-GAUDILLA, C. (Org.). **El difícil equilibrio**: La educación superior como bien público y comercio de servicios. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2004.

KÜHNHARDT, L. La Integración Europea Hoy, **Archivos del presente**, Revista Latinoamericana de Temas Internacionales, año 8, n. 31, Buenos Aires. 2003.

SCLAIR, L. **The transnational capitalist class**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

**

TUNNERMANN BERHEIM, C. (2004). El impacto de la Globalización en la Educación Superior. In: MARQUIS, C. (Org.). **La agenda universitaria**. Propuestas de políticas públicas para la Argentina, Buenos Aires: Universidad de Palermo.

YARZÁBAL, L. **Consenso para a mudança na educação superior**. Trad. José Dias Sobrinho. Curitiba: Editora Champagnat, 2002.

JOSÉ DIAS SOBRINHO

Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISO. Editor da revista "Avaliação". Membro do Conselho Consultivo do INEP. Professor aposentado da UNICAMP, onde foi diretor da Faculdade de Educação, Presidente da Comissão de Avaliação do Desenvolvimento Institucional e Pró-Reitor de Pós-Graduação. Presidiu a Comissão Especial de Avaliação da SESu-MEC (2003) que elaborou o SINAES. Autor de vários livros como: "Avaliação da Educação Superior" (Vozes), "Universidade e Avaliação. Entre a Ética e o Mercado" (Insular), "Avaliação: Políticas educativas e reformas da educação superior" (Cortez), Dilemas da Educação Superior no mundo globalizado. Sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?" (Casa do Psicólogo) e de mais de sessenta textos de artigos de revistas e capítulos de livros sobre avaliação e educação superior, sendo o último: "Accreditation of Higher Education in Latin America and the Caribbean" (in Higher Education in the World 2007, GUNI: Global University Network for Innovation).

E-mail: jdias@unicamp.br

Recebido em: 22/11/2007

Publicado em: 18/01/2008

Nota do autor sobre o texto:

* Este texto sobre o Processo de Bolonha é parte do Capítulo IV- Reformas da Educação Superior na Europa e na América Latina, do livro de minha autoria: **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado**. Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento? Casa do Psicólogo, São Paulo, 2005. (pág.167 -195).

** Professor titular aposentado, colaborador voluntário: UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação: UNISO.